

# Resenha da ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

Realizada em 29 de outubro de 2020 - por videoconferência

A Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, declarou aberta a 9ª. Reunião Ordinária, sob a presidência do Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges; e com a participação dos demais integrantes: Vice-Presidente, Conselheira Rosy Maria de Oliveira; 1. Secretário, Conselheiro Edson Toshio Kubo; 2ª, Secretária, Conselheira Ester Mirian Belo Rodrigues. A reunião foi realizada por videoconferência, em razão do afastamento social, decorrente da pandemia da Covid-19. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, saudou a todos, cumprimentou os aniversariantes do mês e abriu a palavra, para representar os Coordenadores e Diretores, à Coordenadora Elvira Stipe Bastos, que ficou feliz em representar nossos Coordenadores e Diretores e cumprimentou a todos; representando os aniversariantes do mês, à Conselheira Sívia Lin Mei Tchun, que cumprimentou a todos, e ao Conselheiro Fiscal, Dalmar Cassapula, que cumprimentou a todos; na sequência, passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Conselheiro Luiz Sérgio Schiachero, que saudou a todos; por fim, saudaram a todos a Conselheira Rosy Maria de Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, o Conselheiro Edson Toshio Kubo, 1º. Secretário, e a Conselheira Ester Mirian Belo Rodrigues, 2ª. Secretária. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, na abertura dos trabalhos, deu boas vindas a todos e a todas e rendeu uma saudação especial aos funcionários públicos ativos e inativos pelo Dia do Funcionário Público do Estado de São Paulo e de todo o Brasil, comemorado no dia 28 de Outubro. Disse que, a partir da Constituição de 1988, os funcionários públicos de carreira ingressaram por meio de difíceis e concorridos concursos públicos, que selecionaram os melhores quadros para o serviço público e que contribuem para a construção de uma sociedade e de um país melhor.

#### Inversão da Ordem do Trabalhos

Foi aprovada a inversão da pauta dos trabalhos, a ser seguida logo após a apreciação e votação da Ata da reunião anterior.

## Inclusão de Pauta

Manutenção de indeferimento da participação solicitada pela associada Tânia Gonsales Jannuzzi, nas reuniões mensais do Conselho Deliberativo. Considerando o grande fluxo de áudio e vídeo, durante a reunião por videoconferência, com a participação em torno de 60 pessoas, e sendo um pedido para todas as reuniões e não em uma específica, a pretexto de acompanhamento mensal, para preparação para futuro exercício de mandato como Conselheira Suplente, mas havendo outros classificados à sua frente e não podendo haver antecipação (ainda como ouvinte) do mandato, que seria um precedente que pode comprometer o andamento das reuniões, inclusive quando se tratar de conferência de quórum, com fundamento no artigo 34, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo

## Ordem do Dia

Posse da Conselheira Suplente Rosângela Santana Shigemoto, mandato de 2016 a 2021, no lugar do Conselheiro José Carlos Carone, que está exercendo o cargo de Coordenador de Associativismo. O Presidente solicitou que procedesse à leitura do Termo de Posse, ao 1º. Secretário, Conselheiro Edson Toshio Kubo - Termo de Posse. Conselheira Suplente, mandato de 2016 a 2021. Rosângela Santa Shiguemoto. Aos 29 dias do mês de outubro de 2020, às 15h30 foi convocada para participar da 9ª. Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo; por videoconferência GoToMeeting, a senhora Rosângela Santana Shigemoto, Suplente do Conselho Deliberativo, para o mandato de 2016 a 2021, a fim de ser empossada no cargo de Conselheira, em caráter substitutivo, conforme ordem de precedência, na vaga do Conselheiro José Carlos Carone, afastado do Conselho Deliberativo e exercendo o cargo de Coordenador de Associativismo junto à Diretoria Executiva, no mandato de 2016 à 2021. A Mesa do Conselho Deliberativo deu posse à Conselheira, que prestou o compromisso de bem e fielmente cumprir o seu mandato, respeitando as leis vigentes, o Estatuto Social da AFPESP e o Regimento Interno do Conselho

Deliberativo, lavrando-se o respectivo termo, que foi assinado pela Mesa Diretora do Conselho Deliberativo e pela empossada. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, deu a palavra a empossada, Conselheira Rosângela Santana Shigemoto, que agradeceu pela posse e manifestou que sempre teve vontade de participar mais efetivamente na AFPESP. Passou-se a posse de Norival José Pereira, mandato de 2016 a 2021, substituindo o Conselheiro Feres Sabino, que pediu afastamento por motivos particulares até 31 de dezembro de 2020. O Presidente solicitou que procedesse à leitura do Termo de Posse, ao 1º. Secretário, Conselheiro Edson Toshio Kubo. Termo de Posse. Conselheiro Suplente, mandato de 2016 a 2021. Aos 29 dias do mês de outubro de 2020, às 15h30, foi convocado para participar da 9ª. Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, por videoconferência, GoToMeeting, o Senhor Norival José Pereira, eleito suplente do Conselho Deliberativo, para o mandato de 2016 a 2021, a fim de ser empossado no cargo de Conselheiro, em caráter substitutivo, conforme ordem de precedência, na vaga do Conselheiro Efetivo Feres Sabino, mandato de 2016 a 2021, que está afastado deste Conselho até o dia 31 de dezembro de 2020. A Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, deu posse ao Conselheiro que prestou o compromisso de bem e fielmente cumprir seu mandato, respeitando as leis vigentes, o Estatuto Social da AFPESP e o Regimento Interno do Conselho Deliberativo, lavrando-se o respectivo termo, que foi assinado pela Mesa Diretora do Conselho Deliberativo e pelo empossado. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, deu a palavra ao empossado Norival José Pereira que agradeceu e disse estar muito honrado em participar do Conselho Deliberativo e contribuir com a Associação e os funcionários públicos.

Indeferimento da participação solicitada pela associada Tânia Regina Gonsales Jannuzzi nas reuniões mensais do Conselho Deliberativo, com fundamento no artigo 34, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Considerando o grande fluxo de áudio e vídeo verificado na reunião por videoconferência, com a participação de cerca de

60 pessoas, e sendo o pedido para todas as reuniões, a pretexto de preparação para futuro exercício de mandato como Conselheira Suplente, mas havendo outros classificados à sua frente e não podendo haver antecipação do mandato ainda que como ouvinte, seria um precedente que poderia comprometer o andamento das reuniões, inclusive quando se tratasse de conferência de quórum, ao garantir a participação de diversos outros suplentes, ou candidatos a suplentes, que passariam a ter o direito de invocar tratamento igualitário, fica indeferido o pedido, com ciência aos Conselheiros e Conselheiras. O ilustre Conselheiro Migueo Ângelo Paccagnella, membro da Comissão de Assuntos Estatutários e Regimentais, remeteu e-mail para o Conselho, discordando da decisão do Presidente, referindo que não haveria previsão estatutária a respeito dessa tratativa. O Conselheiro Miguel Ângelo Paccagnella se insurgiu contra a decisão do Presidente do Conselho Deliberativo porque já existiriam exceções nas nossas reuniões de esposos, esposas, conhecidos, que assistem as reuniões e deveria ser reconsiderado o indeferimento. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria se manifestou na linha do que foi decidido pelo Senhor Presidente da Mesa, diante do fato de que nem os associados, nem os suplentes têm direito subjetivo a participar das reuniões. Art. 34 do nosso Regimento, é expresso no sentido de que as reuniões poderão ser presenciadas por associados ou até mesmo por quem não seja associado, desde que autorizado pela Presidência da Mesa: é um ato de competência exclusiva da Presidência da Mesa, portanto de discricionariedade, submisso ao juízo de oportunidade e conveniência do Presidente. Os Conselheiros Reinaldo Musetti e Antônio Luiz Pires Neto também ratificaram as palavras do Conselheiro Cássio Juvenal Faria. O Conselheiro José Luiz Rocha parabenizou a posse dos novos Conselheiros e também concordou com a posição do Conselheiro Cássio Juvenal Faria. O Conselheiro Antonio Carlos Duarte Moreira sugeriu ao Presidente Paulo César Corrêa Borges, que convidasse a associada Tânia para participar de uma reunião sem essas formalidades estatutárias. Colocado em votação, foi aprovada a manutenção do indeferimento.

Proposta do Conselheiro Gilmar Belluzzo Bolognani no sentido de serem requisitadas informações à Diretoria Executiva a respeito de como se encontra o procedimento de exclusão de 1.612 Servidores Públicos que ingressaram no quadro da Entidade sem autorização estatutária, conforme consta no Processo 149, e não podem permanecer no quadro, eternizando a irregularidade e criando perigoso precedente para futuras admissões também não previstas no Estatuto, além

de concorrerem e prejudicarem, no Flex Reserva, os legítimos associados. Sustentando sua proposta, o Conselheiro Gilmar Belluzzo Bolognani disse que no tempo que está na Associação já viu algumas irregularidades relacionadas ao Estatuto, mas o Estatuto deve ser cumprido. O receio dele é que futuramente algum Presidente queira acolher, por exemplo, empregados do Metrô, do Banco do Brasil ou de uma sociedade de economia mista, com base no Artigo 62 do Estatuto, pois essas empresas são filiadas a sindicatos que são radicais na tomada de decisões. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria lembrou que recentemente esse processo passou pelo Conselho Deliberativo e que a competência para decidir pela inclusão ou exclusão de associados é exclusiva da Diretoria Executiva, como também indicou o Presidente do Conselho Deliberativo ao despachar aquele processo. O Conselheiro Antônio Arnosti disse que já em 2004 ou 2005 eles já eram em torno de mil pessoas, que sequer eram funcionários de qualquer estatal e foram admitidos para que se viabilizasse o crescimento da Qualicorp dentro da Associação. É preciso considerar que são muito mais do que 1.621. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Indicação à Diretoria Executiva de autoria da Conselheira Ester Mirian Belo Rodrigues e do Conselheiro Edson Toshio Kubo, para adotar medidas necessárias para diminuição do tempo de espera nas ligações realizadas pelos associados através do telefone (11) 2391-9393, PABX Sede, pois há casos em que a demora atinge 40 minutos. Esclarecendo a sua proposta, a Conselheira Ester Mirian Belo Rodrigues informou que é uma indicação para que se diminua o tempo de espera nas ligações efetuadas pelos associados no telefone PABX 2391-9393, da Sede devido a vários associados de Campinas, Valinhos, Paulínia e Indaiatuba terem reclamado da demora no atendimento, ela mesma fez o teste e constatou essa triste realidade. O Conselheiro Edson Toshio Kubo também disse ter recebido muitas reclamações de associados de Sorocaba e região quanto ao uso desse telefone, e que pode constatar pessoalmente. Ele também espera que a Diretoria Executiva providencie algum tipo de recurso para que o associado possa fazer contato com a Sede. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria louvou a iniciativa da Conselheira Ester Mirian Belo Rodrigues e do Conselheiro Edson Toshio Kubo, porque busca um atendimento eficiente ao associado. Assim agindo, ele honram o mandato para o qual foram eleitos. A Conselheira Elizabeth Massuno também deixou registrado seu descontentamento no atendimento via PABX, demora muito o atendimento das ligações. A Conselheira Silvia Lin Mei Tchun também disse que esperou mais de meia hora e não conseguiu falar. Fazer uma ligação como associado é impossível. O Conselheiro Reinaldo Musetti também passou por esse tipo de problema. Colocada a indicação em votação, foi aprovada por unanimidade.

Proposta do Conselheiro Sérgio Roxo da Fonseca à Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, para que seja feito convite ao servidor público, auditor fiscal da Receita Federal e Presidente da UNAFISCO NACIONAL -Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Senhor Mauro Silva. O Conselheiro Sérgio Roxo da Fonseca esclareceu que tem acompanhado com muito espanto a guerra, que se faz contra os servidores públicos dos governos federal, estadual e municipal. Disse que foi surpreendido no dia 24 de setembro, na pag. A-3, com um texto publicado na Folha de São Paulo, assinado pelo servidor público, Mauro Silva, que é auditor Fiscal da Receita Federal, ressaltando que as empresas atualmente estão contratando seus empregados através de um artifício, ao exigirem que o pretendente possua uma empresa, para serem contratados, o que caracterizou através de um vocábulo novo denominado pejotização. Por outro lado, o IPEA concluiu, depois de vasta pesquisa, que os servidores públicos têm prestado à nação brasileira, à sociedade civil e aos empresários, uma contribuição muito mais efetiva do que o grupo de trabalhadores contratados pela CLT. Colocada em votação, a proposta foi provada por unanimidade.

Indicação à Diretoria Executiva feita pela Conselheira Lizabete Machado Ballesteros para que, quando acabar a pandemia, seja realizado um grande encontro com todas as entidades representativas dos Servidores Públicos. Sustentando sua proposta, a Conselheira Lizabete Machado Ballesteros disse que estamos vivendo um desmantelamento do serviço público, na sua totalidade. Existem entidades trabalhando, mas de forma isolada e particular, há um desrespeito muito grande ao nosso trabalho, aos nossos salários, principalmente dos aposentados. Ninguém tem o mesmo potencial econômico da Associação para fazer esse trabalho. A proposta da Conselheira Lizabete Machado Ballesterors é que a Associação faça um grande fórum ou um congresso, para que haja uma representatividade do servidor público contra tudo isso que vem acontecendo. O Conselheiro Edson Toshio Kubo achou muito oportuna essa indicação da Conselheira Lizabete Machado Ballesteros, porque os servidores públicos, principalmente os aposentados, estão sendo por demais prejudicados nessas reformas em que estão cortando seus benefícios. A Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Morgado lembrou que nossa Entidade não tem tradição em reivindicações, e que somos conhecidos como uma entidade que patrocina as férias dos servidores em suas unidades de lazer. O Conselheiro Adherbal Silva Pompeo também concordou com a proposta da Conselheira Lizabete Machado Ballesteros, acrescentando que o governo não tem respeitado a dignidade do servidor e tem tripudiado o funcionário aposentado, por isso tem de morrer no inferno. O Conselheiro Antonio Carlos Duarte Moreira cumprimentou a Conselheira Lizabete Machado Ballesteros por estar sempre preocupada em acompanhar os movimentos dos servidores públicos. Colocada em votação, a indicação foi aprovada por unanimidade

## **Pequeno Expediente**

A Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheira Rosy Maria de Oliveira, assumiu a direção dos trabalhos, por alguns instantes, e pediu a dispensa da leitura das correspondências recebidas e expedidas, das quais já tiveram conhecimento Conselheiros/as, o que foi aprovado, assim como o pedido de dispensa de leitura do Relatório dos Conselheiros Afastados para tratamento de saúde.

## **Breves Comunicados**

O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, informou que a Coordenação de Comunicação da AFPESP, tem novo gerente, que é o senhor Paulo Rogério Fortuna Pereira, que pediu uma reunião com a Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, o que aconteceu no dia 15 de outubro, por videoconferência. A reunião buscou agilizar a distribuição das informações e notícias oriundas da Diretoria Executiva. Depois de várias considerações, foram acertados alguns procedimentos para agilização e, também, a Mesa Diretora apresentou ao Gerente a necessidade da

modificação da página da AFPESP, na internet, o que se otimizará com os trabalhos da Comissão Especial de Hotsite, com página específica, para transparência e aproximação dos associados, com resenhas de atas, publicação de artigos de autoria de Conselheiros/as sobre assuntos de interesse dos associados etc.

O Presidente do Conselho Fiscal, Conselheiro Luiz Sérgio Schiachero, agradeceu ao Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Correa Borges, pelo convite para falar a respeito da posição da AFPESP. O Presidente do Conselho Fiscal, Conselheiro Luiz Sérgio Schiachero, falou sobre o balancete de setembro/2020, refletindo a recuperação após a pandemia. Esclareceu que o Ativo na AFPESP se encontra em 775.807 milhões. O passivo somam 60.294 milhões. Assim o patrimônio social é de 715.513 milhões. Tivemos nos meses de abril, maio e junho/2020 resultados deficitários, tanto no Resultado Total, quanto no Resultado Operacional. Em julho/2020, o balancetes apresentaram resultados positivos. Os resultados acumulados se apresentam positivos nos meses de julho, agosto e setembro/2020.

O Conselheiro Gilmar Belluzzo Bolognani, Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento das Reformas Previdenciária Estadual e Administrativa, esclareceu aos membros do Conselho Deliberativo que a Comissão encaminhou, no mês passado e neste mês, relatório sobre a lei do ajuste fiscal na parte do IAMSPE do Programa de Demissão Incentivada e da Previcom, e também sobre a PEC32, da Reforma Administrativa, que ainda está para análise.

O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, passou a palavra à Conselheira Edna Pedroso de Moraes, para breves comunicados remanescentes da reunião anterior. A Conselheira Edna Pedroso de Moraes

falou sobre o projeto de lei, o PLS de 2017, que isenta do IR os proventos recebidos por portadores de Alzheimer. Disse que, no país, 2 milhões de pessoas são acometidas por essa doença. Acrescentou que o PL 4.364/20 cria a política nacional de enfrentamento à doença.

## **Assuntos Associativos**

O Conselheiro Antonio Carlos Duarte Moreira disse que a previsão para 2020, caso não fôssemos acometidos pelo flagelo do coronavirus, é que o turismo em nosso país em todas as modalidades se destacaria com 8,1% do PIB. Porém com esse acontecimento que aflige todo mundo, esse percentual jamais será atingido. Os interessados em serem socorridos deverão se cadastrar no Cadastur, Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas, que atuam no Setor de Turismo. O Conselheiro Antônio Carlos Duarte Moreira disse acreditar que haja caminho aberto para que se pleiteie um socorro governamental. Sobre o aumento da alíquota de contribuição do IAMSPE, determinada pelo Governador do Estado de São Paulo, João Dória, que obriga um acréscimo percentual em favor do IAMSPE, disse que, caso se determine ao servidor público a pagar um acréscimo para utilização do IAMSPE, o empobrecimento da categoria vai aumentar, pois recentemente o governo aprovou e já está em vigência o novo plano de descontos para os participantes.

## **Encerramento**

Após homenagem nominal aos aniversariantes do mês de outubro, e o registro das efemérides, o Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, agradeceu aos participantes da reunião e encerrou a reunião, desejando a todos muita paz e saúde.